



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2021

Processo Licitatório nº: 16.957/2020
Processo de Impugnação nº: 15.780/2021
REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2021

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO destinada a pacientes, acompanhantes, funcionários e outros autorizados nas dependências do Hospital Municipal Raul Sertã, de acordo com a demanda da unidade, pelo período de 12 (doze) meses

IMPUGNANTE: EAGLE BUSINESS – PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI - CNPJ Nº: 17.953.939/0001-73

IMPUGNADO: EDITAL

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa EAGLE BUSINESS – PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 047/2021.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 038, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 09 de janeiro de 2021, que cria a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. A impugnante alega, em síntese, que:

a). A administração pública municipal *“não vem promovendo a publicação em diário oficial tampouco em jornal de circulação local, fazendo suas publicações apenas por meio eletrônico e por jornal de grande circulação”*.

b). Aduz que as publicações no meio eletrônico teriam sido realizadas em 23 de junho de 2021 às 19:31 enquanto o certame havia sido designado para o dia 30 de junho de 2021, não cumprindo assim o prazo legal estipulado pela Lei 10.520/2021 em seu Art. 4º, Inc. V, o qual prevê um prazo mínimo de 08(oito) dias úteis.

c). A impugnante alega ainda que a utilização do Sistema de Registro de Preços, não é adequada a presente contratação, por se tratar de serviços de natureza continuada que não podem ser interrompidos sob qualquer hipótese.

06. Por fim, cita decisões em casos similares e requer:



Comissão de Pregão II

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

07. Requer a impugnante:

- a) A imediata sustação do certame;
- b) Seja regularizado o sistema de publicação do Município de Nova Friburgo, para que de acordo com a Lei 10.520/02, sejam realizadas as publicações de acordo com o que determina o art. 4º da Lei 10.520/02, em especial respeitando os incisos, I e V;
- c) Seja respeitada a Lei 12.527/11, em consonância com a Lei 8.666/93 e 10.520/02, no sentido de se respeitar os prazos para sua publicação em sítio da internet.
- d) . Seja adequada a forma de contratação, vez que como demonstrado tanto pela jurisprudência como pela doutrina, o formato não se coaduna a serviços de natureza contínua ininterrupta, tal como o de alimentação hospitalar.

IV. DA ANÁLISE

08. No que concerne a alegação de que a municipalidade não vem promovendo a publicação em diário oficial tampouco em jornal de circulação local, fazendo suas publicações apenas por meio eletrônico e por jornal de grande circulação, temos a esclarecer que:

9. Vigora desde 2017 no âmbito do Município de Nova Friburgo a Lei Municipal nº 4.565, de 10/07/2017 (cópia em anexo) que, "ab-roga a lei municipal nº 4.241/2013 e institui o Diário Oficial Eletrônico do Município de Nova Friburgo - DOENE, como meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos administrativos, processuais e legais dos poderes executivo e legislativo do Município de Nova Friburgo, e dá outras providências."



Comissão de Pregão II

O art. 4º da referida lei assim dispõe:

[...]

Art. 4º A publicação eletrônica, na forma desta Lei, substitui qualquer outro meio de publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exijam intimação ou vista pessoal, ou ainda publicação em outros veículos.

[...]

8. O Art. 4º, I, da Lei 10.520/2002, dispõe das regras de publicação que darão início a fase externa do pregão, *in verbis*:

[...]

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação

I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado OU, NÃO EXISTINDO, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2º; (grifo nosso)

9. Fica claro na Lei do Pregão, que a publicação do aviso deverá ser feita no diário oficial do respectivo ente federado, que no caso do Município de Nova Friburgo é o Diário Oficial Eletrônico do Município de Nova Friburgo – DOENE, instituído pela Lei nº 4.565/2017. Ainda no mesmo inciso do diploma legal, é dito que a publicação



Comissão de Pregão II

em jornal de circulação local deve ser realizada apenas quando não existir, diário oficial no respectivo ente, o que não é o caso.

10. Em se tratando de Pregão Eletrônico o Município de Nova Friburgo possui ainda regulamento próprio, na forma do Decreto Municipal n 599/2020 que traz em seu capítulo VI as regras referentes a publicação do aviso de edital:

[...]

CAPÍTULO VI

DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL

Publicação

Art. 20. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial e no sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação. (grifo nosso)

[...]

Edital

Art. 21. O Município de Nova Friburgo, entidade aderente ao SISG, disponibilizará a íntegra do edital no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e no sítio eletrônico do município.

[...]

11. Resumidamente, podemos concluir que as publicações referentes aos pregões Eletrônicos no âmbito do Município de Nova Friburgo se darão da seguinte forma:



Comissão de Pregão II

- 1) Aviso de Licitação, obrigatoriamente no Diário Oficial Eletrônico do Município de Nova Friburgo – DOENF;
- 2) Aviso de Licitação, conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, no caso do município, no Jornal O Dia (impresso);
- 3) Edital na íntegra, obrigatoriamente no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> (www.comprasgovernamentais.gov.br);
- 4) Edital na íntegra, obrigatoriamente no site eletrônico oficial do município no endereço <https://www.pmnf.rj.gov.br/>.

12. No caso em concreto do Pregão Eletrônico n 047/2021 as publicações foram devidamente realizadas cumprindo todos os prazos e formas previstas na lei a saber:

- 1) Aviso de Licitação, obrigatoriamente no Diário Oficial Eletrônico do Município de Nova Friburgo – DOENF publicado em 17/08/2021, Ano III, Edição 628, Página 3, disponível em:
<https://plenussistemas.dioenet.com.br/public/uploads/diarios/2021/06/5c609977af84d2d1496168c485d69528.pdf>
- 2) Aviso de Licitação, conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, publicado em O DIA, Quinta-feira, 17/06/2021, Nº 25.191, Página 15 (cópia da publicação em anexo).
- 3) Edital na íntegra, obrigatoriamente no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> (antigo www.comprasgovernamentais.gov.br); publicado em 17/06/2021 (aviso de agendamento em anexo)



Comissão de Pregão II

4) Edital na íntegra, obrigatoriamente no site eletrônico do oficial do município no endereço <https://www.pmnf.rj.gov.br/>, publicado em 16/06/2021 (print screen da página em anexo).

13. Por oportuno informamos que a prova de todas as publicações, de avisos e editais, é juntada, por esta comissão de pregão, ao processo administrativo licitatório.

14. Caso ainda reste alguma dúvida a impugnante, os prazos começaram a contar a partir do dia 18/06/2021 encerrando-se no dia 29/06/2021 perfazendo assim 08 (oito) dias úteis publicados, conforme dispõe a lei, ilustrados abaixo, para um melhor entendimento.

17	18	19	20	21	22	23	24	25	26
Publicação	1º dia útil	Sábado	Domingo	2º dia útil	3º dia útil	4º dia útil	5º dia útil	6º dia útil	Sábado
27	28	29	30						
Domingo	7º dia útil	8º dia útil	Certame						

15. No que diz respeito as alegações que as publicações no meio eletrônico (site da Prefeitura Municipal De Nova Friburgo) teriam sido realizadas em 23 de junho de 2021 às 19:31 enquanto o certame havia sido designado pra o dia 30 de junho de 2021, não cumprindo assim o prazo legal estipulado pela Lei 10.520/20221 em seu Art. 4º, Inc. V, o qual prevê um prazo mínimo de 08(oito) dias úteis.

16. Ocorre que por uma falha técnica de programação do site eletrônico da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, as datas que aparecem nos campos "Publicado em" e "Atualizado em" estavam sendo alteradas sempre que algum interessado realizava o download dos arquivos do edital, gerando uma falsa informação, tal erro já



Comissão de Pregão II

foi comunicado ao setor técnico responsável pela manutenção do site, que já providenciou a devida correção.

17. Como já mencionado anteriormente, a comprovação da publicação no sítio eletrônico realizada na data de 16/06/2021, foi juntada aos autos do processo administrativo nº 16.957/2020 (licitatório), e copiada em anexo a esta decisão.

18. Com relação ao que sugestiona a empresa ao colocar que "provavelmente por pressões ou demora na fase interna da licitação, os profissionais acabaram se engando e de maneira açodada esqueceram de contar o prazo como se deveria", tenho a esclarecer que o sistema utilizado para realização dos Pregões Eletrônicos pela municipalidade, cito o sistema Comprasnet, gerenciado e disponibilizado, através de adesão, para os órgãos não SISG, pelo Governo Federal, não admite o agendamento de licitação na modalidade pregão, com prazo de publicação inferior a 08 (oito) dias úteis, em obediência ao mandamento legal.

19. Quanto às publicações fora do horário de expediente do órgão, as quais, data vênua, não interferem na contagem dos prazos, na forma da lei, devido ao grande volume de trabalho, nem sempre é possível cumprir com todos as atribuições no âmbito deste setor de licitações, dentro do horário de expediente do órgão.

20. Fato é que, conforme restam comprovadas, nos autos do processo administrativo nº 16.957/2020, cujas cópias, trago anexas a esta decisão de impugnação, as publicações se deram na forma da lei, com o cumprimento de todos os prazos e com inquestionável lisura dos procedimentos realizados pelos membros desta comissão de pregão, não restam dúvidas, motivo pelo qual entendo que não será necessária a republicação do Edital do Pregão Eletrônico n 047/2020 pelas alegações trazidas pela impugnante.

21. Segue em anexo a esta decisão cópia do Decreto Municipal 599/2020, Cópia da Lei Municipal n. 4.565/2017, cópia dos comprovantes de Publicações junto ao sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, Diário Oficial eletrônico de Nova Friburgo, Jornal O Dia e Parecer orientativo da Procuradoria Geral



Comissão de Pregão II

Municipal sobre as publicações dos Avisos de Licitação (Processo Administrativo n. 8.934/2021)

V. DA ANALISE TECNICA

22. Inicialmente cumpre destacar que, por se tratar de questões técnicas, foram encaminhados os questionamentos à área demandante, solicitando a análise da impugnação encaminhada

23. Quanto a utilização do Sistema de Registro de Preços, não é adequada a presente contratação, por se tratar de serviços de natureza continuada que não podem ser interrompidos sob qualquer hipótese.

24. A Secretaria de Saúde encaminhou os questionamentos a Procuradoria Geral Municipal, para manifestação quanto aos aspectos jurídicos da impugnação

25. A Procuradoria Geral por sua vez, procedeu com a análise dos questionamentos, exarando parecer jurídico no qual em síntese pontuou que:

a). Conforme orientação do TCU, o Sistema de Registro de Preços – SRP deve ser adotado preferencialmente quando:

- pelas características do bem ou serviço houver necessidade de contratações frequentes;
- pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;
- for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho das atribuições; e



Comissão de Pregão II

- for vantajosa a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade ou a programas de governo

26. Por fim ressalta que o órgão jurídico não possui o conhecimento técnico necessário para atestar se os bens/serviços a serem contratados podem ou não ser objetivamente definidos e ostentar a qualidade de bens/serviços comuns, bem como atestar a necessidade ou não de contratações frequentes e demais orientações supracitadas, concluindo que a decisão para escolher tal modalidade licitatória e inteiramente da área técnica.

27. A Secretaria de Saúde por sua vez, após o parecer jurídico, se manifestou no sentido de que *“entende que o Sistema de Registro de Preços está adequado, na medida em que uma das condições que motivam o uso do registro de pros, qual seja, a imprevisibilidade do quantitativo é justamente o que motivou a decisão posta nos autos, tendo em vista precisar com exatidão a quantidade de alimentação para servir no nosocômio público diariamente, portanto registrar o preço é medida que se coaduna com o interesse público.”*

28. A análise técnica do setor técnico requisitante, o parecer jurídico da Procuradoria Geral bem como a manifestação da Secretaria de Saúde, constantes nos autos do processo de impugnação n. 15.684/2021, são partes integrantes desta decisão, independente de transcrição.

V. DA DECISÃO

29. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, após análise e conclusão da Área Técnica e parecer jurídico da Procuradoria Geral Municipal, acolhido pela Secretaria requisitante, sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela



Comissão de Pregão II

empresa EAGLE BUSINESS – PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 047/2021, e no mérito, NEGO PROVIMENTO, mantendo-se inalterado o edital em comento.

Nova Friburgo, 20 de junho de 2021.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870